

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo deste trabalho será disponibilizado somente a partir de 09/05/2019.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANA PAULA DA SILVA

**O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
(IPHAN) E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA NACIONAL POR MEIO
DOS BENS CULTURAIS IMÓVEIS INSCRITOS NO LIVRO DO TOMBO
HISTÓRICO (1937-1985)**

FRANCA

2017

ANA PAULA DA SILVA

**O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
(IPHAN) E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA NACIONAL POR MEIO
DOS BENS CULTURAIS IMÓVEIS INSCRITOS NO LIVRO DO TOMBO
HISTÓRICO (1937-1985)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de
Doutor em História. Área de concentração: História e
Cultura Política.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Pereira da Silva.

FRANCA

2017

Silva, Ana Paula da.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a construção da memória histórica nacional por meio dos bens culturais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico (1937-1985) / Ana Paula da Silva. – Franca : [s.n.], 2017. 230 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientadora: Márcia Pereira da Silva

1. Política cultural. 2. Memória coletiva. 3. Bens imóveis.
I. Título.

CDD – 301.2981

ANA PAULA DA SILVA

**O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
(IPHAN) E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA NACIONAL POR MEIO
DOS BENS CULTURAIS IMÓVEIS INSCRITOS NO LIVRO DO TOMBO
HISTÓRICO (1937-1985)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em História. Área de concentração: História e Cultura Política.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof.^a Dr.^a Márcia Pereira da Silva – UNESP

1º Examinador: _____

Prof.^a Dr.^a Mônica Brincalepe Campo – UFU

2º Examinador: _____

Prof.^a Dr.^a Zélia Lopes da Silva – UNESP

3º Examinador: _____

Prof.^a Dr.^a Karina Anhezini de Araújo – UNESP

4º Examinador: _____

Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira – UNESP

Franca, 09 de maio de 2017.

Dedico a minha mãe, Maria Lauriana, que concretizou o sonho da docência por meio dos filhos. Que possamos contribuir para que mais “Marias” realizem, elas mesmas, tudo que “Laurianas” um dia desejaram

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Márcia Pereira da Silva, pela compreensão, compartilhamento de experiências, correções, paciência nas orientações e constantes problematizações que enriqueceram este trabalho.

À CAPES, pela bolsa de estudos concedida, sem a qual esta pesquisa não se realizaria.

Aos professores Pedro Geraldo Tozzi e Virgínia Celia Camilotti, pelas críticas e sugestões na Banca de Qualificação. Seus apontamentos foram responsáveis pela delimitação do período que esta Tese abarca e pela reflexão de novas abordagens sobre o tema.

Aos professores da Banca de Defesa, Prof.^a Dr.^a Mônica Brincalepe Campo, Prof.^a Dr.^a Zélia Lopes da Silva, Prof.^a Dr.^a Karina Anhezini de Araújo e Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira, que contribuíram para o aperfeiçoamento do texto e das discussões aqui defendidas.

Aos funcionários do Arquivo Central do IPHAN, pela disponibilidade de acesso às fontes de pesquisa, pelas informações sobre as formas de trabalho da instituição e pela digitalização de muitos Processos de Tombamento solicitados.

Às funcionárias da Unesp/Franca, Laura Jardim, Daniela Almeida Borges e Fernanda Aguilar Rosa Costa, sempre solícitas na ajuda com bibliografia e correções normativas.

Ao meu noivo, Jorge Brunetti Suzuki, pela leitura atenta e correção da Tese, pelas longas discussões sobre o trabalho e, sobretudo, pela paciência, compreensão, incentivo e amor. O companheirismo existente em nossa convivência possibilitou que eu respirasse fundo e seguisse em frente nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, João Batista da Silva e Maria Lauriana da Silva, pela confiança nas minhas escolhas e amor constante. Ao meu irmão, Paulo Sérgio da Silva, pela dedicação e cuidado com nossa família, tornando-se um porto seguro nos momentos de atribulação.

Aos amigos Ezequiel Souza, Cristiany Castro, Denir Alves de Souza e Érika Donadeli, pelo carinho e compreensão nos últimos anos, tornando o cotidiano mais leve e divertido.

O ofício da escrita, na maioria das vezes solitário, nos leva a momentos de insatisfação e questionamentos pessoais e profissionais. Todas as pessoas destacadas acima são colaboradoras diretas ou indiretas deste trabalho e responsáveis por me fazer reencontrar o caminho, às vezes perdido, que decidi há muitos anos trilhar. Portanto, são merecedoras de meu reconhecimento e de minha sincera gratidão.

“Mário de Andrade foi quem desenhou nosso Iphan nos anos 30, que deu às suas idéias míticas uma forma institucional. Foi ele quem estabeleceu as balizas antropológicas e estéticas para a preservação da diversidade cultural brasileira. Pensou um modo de conservar a memória que a tornava viva, tirando o patrimônio das gavetas e botando ele nas ruas, no atrito vivo da multidão, fazendo objetos sagrados experimentarem da incerteza do cotidiano, autor de teorias e peças literárias que mostraram à nossa imaginação como poderíamos nos tornar aquilo que já éramos. E éramos, sem saber, uma cultura verdadeiramente brasileira. Mas tínhamos receio e preconceito de ser, medo da nossa afirmação, de nossa identidade de muitas identidades. Foi Mário, com suas fantasias, que nos libertou de nosso complexo de inferioridade simbólica. Grande abridor de trilhas.”

Gilberto Gil

“Machado de Assis dizia que no Brasil existem dois países diferentes, o país oficial e o país real. Eu interpreto, não sei se forçando um pouco o pensamento de Machado, eu acho que o país oficial é o nosso, é o dos privilegiados, e o país real é o do povo. E ele dizia o país real é bom, revela os melhores instintos, mas o país oficial é caricato e burlesco. Eu sei que ele estava movido por uma justa indignação e não é totalmente burlesco não, mas se a gente não abrir o olho, a gente fica. [...] A classe dirigente brasileira até o século XVIII se orgulhava do que tinha de português e se envergonhava do que nós temos de índio e de negro. No século XIX, a classe dirigente brasileira passou a se envergonhar até do que a gente tem de português, passou a querer ser francesa. E atualmente, caricatamente, quer ser americana. Querem transformar o Brasil nos Estados Unidos de segunda ordem. Eu não quero que o Brasil seja os Estados Unidos nem de primeira, quanto mais de segunda, eu quero que o Brasil seja o Brasil de primeira, com as nossas características próprias, sem renunciar as nossas peculiaridades de povo, é isso que eu procuro fazer desde o começo com meu trabalho de escritor, com meu trabalho de professor, com tudo que eu faço.”

Ariano Suassuna

SILVA, Ana Paula da. **O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a construção da memória histórica nacional por meio dos bens culturais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico (1937-1985)**. 2017. 230 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

RESUMO

O trabalho analisa como a política de tombamento no Brasil valorizou uma determinada memória histórica nacional a partir dos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico no período de 1937 a 1985, atendendo especialmente aos interesses políticos do Estado Novo e da Ditadura Militar. Ao privilegiar, em tal período, a proteção do patrimônio cultural relacionado à elite branca, católica e de origem lusitana, o SPHAN/DPHAN/IPHAN contribuiu para a afirmação de imaginário e princípios afeitos ao Brasil do autoritarismo. A escolha de alguns grupos sociais, cuja história foi representada no patrimônio material imóvel, transformados em lugares de memória, contribuiu para o alcance do comportamento político apropriado ao Brasil ordeiro e disciplinado. No entanto, durante a abertura política realizada a partir do governo de Ernesto Geisel, foi preciso ampliar a noção de patrimônio, exatamente no momento em que, politicamente, os militares buscavam apoio de novos grupos sociais para a legitimação de seus interesses, admitindo então na memória histórica nacional a representação de grupos até então marginalizados, como negros, imigrantes e pobres. Acreditamos que por meio da análise do patrimônio cultural imóvel, tombado e inscrito no Livro do Tombo Histórico, é possível perceber como a concepção da cultura oficial brasileira e a consequente valorização da memória histórica nacional saíram da representação de apenas alguns grupos e, posteriormente, incorporaram minorias sociais, acompanhando, portanto, as transformações do universo político brasileiro. As fontes da pesquisa são os Processos de Tombamento dos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico, as Atas das reuniões do Conselho Consultivo do SPHAN/DPHAN/IPHAN e o conjunto de leis e documentos diversos relacionados ao patrimônio cultural, analisados juntamente com a bibliografia pertinente ao tema.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Memória e identidade. Estado Novo. Ditadura Militar. Bens culturais materiais imóveis.

SILVA, Ana Paula da. **The Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) and the construction of the national historical memory through immovable cultural property registered in the *Livro do Tombo Histórico* (1937-1985).** 2017. 230 f. Thesis (Doctorate in History) – *Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”*, Franca, 2017.

ABSTRACT

The present study analyzes how the Brazilian cultural heritage protection policy valued a national historical memory from the property registered in the *Livro do Tombo Histórico* between the years 1937 and 1985, with particular regard to political interests of the *Estado Novo* and the military dictatorship. By privileging, in such period, the protection of cultural heritage related to the white, Catholic and Lusitanian elite, the SPHAN/DPHAN/IPHAN contributed to the formation of the imaginary and the principles of the Brazil of authoritarianism. By choosing some groups, whose history was represented in the material property assets, and transforming their history in a place of memory, it contributed to achieve the appropriated political behavior of an orderly and disciplined Brazil. However, during the political opening occurred since the Ernesto Geisel's government, it was necessary to broaden the notion of patrimony, in the same time that, politically, the militaries was looking for the support of new social groups, aiming to legitimate their interests, what made them admit, in the national historical memory, the representation of previously marginalized groups, like the blacks, the poor and the immigrants. We understand that is through the analysis of the cultural heritage property registered in the *Livro do Tombo Histórico* that it is possible to perceive how the formation of the official Brazilian culture and the consequent valorization of the national historical memory started from the representation of some few groups and just later incorporated social minorities, accompanying the transformations of the Brazilian political universe. The sources of research are the registration processes of material property in the *Livro do Tombo Histórico*, the minutes of board meetings of the SPHAN/DPHAN/IPHAN's *Conselho Consultivo* and the laws and documents related to cultural heritage, analyzed along with the bibliography pertinent to the theme.

Key words: Cultural heritage. Memory and identity. *Estado Novo*. Military dictatorship. Cultural property.

SILVA, Ana Paula da. **El Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) y la construcción de la memoria histórica nacional a través de los bienes culturales inmuebles inscritos en el Livro do Tombo Histórico (1937-1985)**. 2017. 230 f. Tesis (Doctorado en Historia) – *Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”*, Franca, 2017.

RESUMEN

Este trabajo analiza cómo la política de protección al patrimonio cultural en Brasil valorizó una memoria histórica nacional en particular desde los bienes inmuebles registrados en el llamado *Livro do Tombo Histórico* entre los años de 1937 y 1985, teniendo en cuenta especialmente los intereses políticos de los gobiernos del *Estado Novo* y la Dictadura Militar. Al privilegiar, en aquél período, la protección del patrimonio cultural relacionado a la elite blanca, católica y de origen lusitana, el SPHAN/DPHAN/IPHAN contribuyó para la afirmación del imaginario e de los principios relacionados al Brasil del autoritarismo. La elección de unos grupos sociales, cuya historia era representada en el patrimonio material inmueble, transformado en lugares de memoria, contribuyó para llevar al comportamiento político apropiado al Brasil ordenado y disciplinado. Sin embargo, durante la abertura política empezada en el gobierno de Ernesto Geisel, fue necesario ampliar la noción de patrimonio, en el mismo momento que, políticamente, los militares buscaban apoyo de nuevos grupos sociales para legitimar sus intereses, admitiendo en la memoria histórica nacional la representación de grupos hasta entonces marginados, cómo los negros, inmigrantes y pobres. Pensamos que por la análisis del patrimonio cultural inmueble, registrado en el *Livro do Tombo Histórico*, es posible percibir como la comprensión de la cultura oficial brasileña y su consecuente valorización de la memoria histórica nacional tuvieron origen en la representación de solamente algunos grupos y, posteriormente, recibieran las minorías sociales, siguiendo, por lo tanto, las transformaciones del universo político brasileño. Las fuentes de la pesquisa son los procesos de registro de bienes materiales inmuebles en el *Livro do Tombo Histórico*, las atas de reuniones del *Conselho Consultivo* del SPHAN/DPHAN/IPHAN y las leyes y documentos relacionados al patrimonio cultural, analizados junto con la bibliografía del tema.

Palabras clave: Patrimonio cultural. Memoria y identidad. *Estado Novo*. Dictadura Militar. Bienes culturales materiales inmuebles.

LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CFC	Conselho Federal de Cultura
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DAC	Departamento de Assuntos Culturais
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EMBRAFILME	Empresa Brasileira de Filmes
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
ENBA	Escola Nacional de Belas Artes
ESG	Escola Superior de Guerra
FNpM	Fundação Nacional Pró-Memória
FUNARTE	Fundação Nacional de Arte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde
PAC	Programa de Ação Cultural
PNC	Política Nacional de Cultura
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PNC	Política Nacional de Cultura
SEAC	Secretaria de Assuntos Culturais
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 MEMÓRIA, IDENTIDADE, PATRIMÔNIO CULTURAL E A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN) DURANTE O ESTADO NOVO	24
1.1 Memória, identidade e patrimônio cultural	24
1.2 Classificações, categorias e instrumentos de proteção do patrimônio cultural: a materialidade e a imaterialidade conforme as definições do IPHAN	36
1.3 A criação do Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) durante o Estado Novo	54
CAPÍTULO 2 OS BENS REPRESENTANTES DO BRASIL CATÓLICO, BRANCO, ELITISTA, ORDEIRO E DISCIPLINADO	70
2.1 As instituições religiosas: a formação do Brasil católico	70
2.2 A justificativa arquitetônica e a representação das elites	79
2.3 As edificações do poder político: a representação da vitória do Estado na construção nacional	94
2.4 O tombamento dos bens do progresso material brasileiro e o conflito entre tradição e modernidade	101
2.5 Os tombamentos em virtude das “pessoas ilustres” que nasceram ou residiram em determinados lugares	110
CAPÍTULO 3 A DITADURA MILITAR E O USO DO PATRIMÔNIO CULTURAL COMO UM DOS MEIOS DE ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL	113
3.1 O incentivo ao turismo como forma de atender aos princípios de desenvolvimento econômico da Doutrina de Segurança Nacional	113
3.2 A criação do Conselho Federal de Cultura: a articulação com a DPHAN/IPHAN e os interesses pessoais na preservação do patrimônio cultural	126
3.3 A realização dos Encontros de Governadores e a descentralização das ações voltadas ao patrimônio cultural	132

CAPÍTULO 4 A ABERTURA POLÍTICA E AS NOVAS CONCEPÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	137
4.1 A distensão política e a divulgação do documento Política Nacional de Cultura ...	137
4.2 A criação do Centro Nacional de Referência Cultural e os trabalhos desenvolvidos ...	142
4.3 A SPHAN/Pró-Memória e a mudança conceitual do patrimônio cultural brasileiro ..	155
4.4 Os tombamentos realizados na década de 1980 que representam um “modo de fazer” e a cultura dos negros e imigrantes	163
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 177
 REFERÊNCIAS	 180
 APÊNDICES	
 APÊNDICE A: instituições religiosas que representam o Brasil católico	 191
APÊNDICE B: bens que representam o poderio político-econômico das elites	204
APÊNDICE C: bens que representam a vitória do Estado na construção nacional	211
APÊNDICE D: bens que representam o desenvolvimento e progresso material brasileiro	217
APÊNDICE E: bens que representam as “personalidades ilustres” da história nacional	225
APÊNDICE F: bens que representam os modos de fazer	228
APÊNDICE G: bens que representam a cultura e a religiosidade dos negros	229
APÊNDICE H: bens que representam os imigrantes	230

INTRODUÇÃO

Em agosto de 1986, o “Terreiro da Casa Branca” (Ilê Axé Iyá Nassô Oká) foi o primeiro centro de culto afro-brasileiro inscrito no Livro do Tombo Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).¹ Localizado na cidade de Salvador, Estado da Bahia, o local ocupa uma área que possui edificações, árvores e objetos sagrados que foram reconhecidos como patrimônio nacional e representantes da primeira casa de candomblé de Salvador.

Segundo o processo de tombamento do terreiro, a documentação existente e a tradição oral permitem identificar o templo afro-brasileiro como o mais antigo de Salvador e talvez do Brasil, com fundação datada de aproximadamente final do século XVII. Identificado como local de prática de candomblé originário da “nação” Ketu, em referência ao lugar de origem de seus principais fundadores, o terreiro instalou-se inicialmente em terreno anexo à Igreja da Barroquinha, no Centro Histórico de Salvador, tornando-se uma matriz de culto da qual outros terreiros brasileiros descendem. Posteriormente, foi transferido para o bairro Engenho Velho, periferia da cidade, mudança ocorrida possivelmente em função da repressão que os negros sofreram em virtude de levantes e da perseguição de suas manifestações religiosas.

O tombamento do Terreiro da Casa Branca, cujo Relator foi o antropólogo Gilberto Velho, ocorreu na 108ª reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, de 31 de maio de 1984, e foi aprovado com estreita margem: três votos a favor (conselheiros Lourenço Luiz Lacombe, Gilberto Velho e Alcides Mafra de Souza), um contra (conselheiro Gerardo Camara), duas abstenções (conselheiros Eduardo Kneese de Mello e Gilberto Ferrez) e um pedido de adiamento (conselheiro Pedro Calmon).

¹ Institucionalizado no primeiro ano do Estado Novo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) é desde então a instituição federal responsável por organizar a proteção do patrimônio cultural nacional. Quando criado, estava vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MES). Em 1946, ocorreu a primeira alteração institucional, que passou a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), ainda vinculado ao MES e, a partir de 1953, com a separação das pastas da Educação e Saúde, ficou submetido ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 1970, transformou-se em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculado ao Departamento de Assuntos Culturais (DAC) do MEC. Em 1979, foi alterado para Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), subordinado diretamente ao Ministro da Educação e Cultura. Em 1981, mantendo essa sigla, transformou-se em Subsecretaria da Secretaria de Cultura (SEAC) do MEC, que foi o embrião do futuro Ministério da Cultura, criado em 1985, ao qual a SPHAN permaneceu vinculada. Em 1990, passou a denominar-se Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), voltando, em 1994, à atual designação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Não é nosso objetivo discutir tais alterações, uma vez que a nomenclatura da instituição foi alterada ao longo dos anos mais em virtude da estrutura burocrática dos órgãos federais do que por mudanças efetivas em suas funções, que permaneceram praticamente inalteradas ao longo de sua história: selecionar, organizar e adotar medidas de proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Referido tombamento representou a discussão entre os novos critérios socioculturais que deviam permear as resoluções de proteção do patrimônio cultural brasileiro, uma vez que a cultura, segundo o Relator, é um “[...] fenômeno abrangente que inclui todas as manifestações materiais e imateriais que expressem crenças, valores e visões do mundo existente em uma sociedade.”²

A área do tombamento do Terreiro da Casa Branca inclui cerca de 6.800 m², possui uma edificação principal, onde se realizam os cultos, e outras Casas de Santo em sua volta, além da Praça de Oxum, monumentos, árvores e casas da comunidade local. Todo o espaço protegido é considerado sagrado para os membros do terreiro, representando simbolismos da tradição religiosa do candomblé.

Na época do tombamento, as atividades do terreiro estavam ameaçadas, uma vez que a posse da área era de terceiros e estes a colocaram à venda. Isso podia resultar na expulsão dos moradores e no fim das celebrações. Foi então realizada uma mobilização que contou com apoio de grupos afros, intelectuais como Jorge Amado, Carybé e Dorival Caymmi, instituições como a Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade Federal da Bahia, da população local e do Prefeito Municipal de Salvador. Este último realizou a desapropriação da área e posterior doação à Associação São Jorge do Engenho Velho, representante civil do Terreiro da Casa Branca.

Na discussão do Conselho Consultivo, Gilberto Ferrez justificou sua abstenção dizendo que o tombamento pressupõe a “imutabilidade” de um bem, e como o terreiro representava uma religião caracterizada pela tradição oral, dinamismo e constantes recriações, a proteção do espaço físico não garantiria a continuidade da manifestação do culto. Já o Relator Gilberto Velho afirmou que, do ponto de vista antropológico, era de extrema relevância efetivar o tombamento como forma de assegurar as “[...] condições mínimas de continuidade ao culto, permitindo ao grupo sair da precária situação em que está atualmente, de luta pela sobrevivência.”³ Ao deferir o tombamento, o Conselho Consultivo garantiu a proteção legal do local onde o candomblé é praticado, ou seja, as edificações, vegetação e objetos ritualísticos que representam a materialidade da tradição religiosa.

O procedimento técnico atual de tombamento inicia-se com um pedido que pode ser feito por qualquer cidadão ou entidade. A partir daí, ocorre a instrução do processo e a elaboração de um dossiê que contém estudos e pareceres a respeito da relevância e

² IPHAN. Ata da 108ª reunião do Conselho Consultivo, realizada em 31/05/1984. Livro de Atas n.º 01, fl. 178.

³ Ibid., fl. 179 (verso).

reconhecimento cultural do bem, além da parte legal, como a notificação de tombamento enviada ao proprietário e o respeito aos prazos de impugnação.

Esse conjunto documental é submetido ao Conselho Consultivo do IPHAN para votação e, em caso de deferimento, encaminhado ao Ministro da Cultura para homologação. Finalmente, tratando-se de um bem material imóvel, como é o caso do Terreiro da Casa Branca, realiza-se a inscrição do tombamento em um ou mais Livros do Tombo que existem desde a década de 1930: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo de Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Até meados de 1980, os bens materiais imóveis eram divididos nas seguintes categorias: edificação, edificação e acervo, ruína, conjunto arquitetônico, conjunto rural, conjunto urbano, infraestrutura ou equipamento urbano, jardim histórico, jardim arqueológico e bem paleontológico. O tombamento do Terreiro da Casa Branca levou à inserção de uma nova categoria de bens tombados: terreiro. Posteriormente, foi inserida também a categoria de quilombo.

Após o primeiro reconhecimento e proteção de um centro de culto afro-brasileiro, outros terreiros puderam ser protegidos como representações religiosas identitárias de significativas parcelas da sociedade brasileira. São exemplos de terreiros tombados posteriormente pelo IPHAN: Terreiro do Axé Opô Afonjá (Salvador/Bahia, 1998); Terreiro de Candomblé Ilê Iyá Omim Axé Lyamassé (Salvador/Bahia, 2000); Terreiro do Alaketo, Ilê Maroíá Láji (Salvador/Bahia, 2001); Terreiro de Candomblé do Bate-Folha (Salvador/Bahia, 2001); Terreiro de Candomblé Ilê Axé Oxumaré (Salvador/Bahia, 2002); Terreiro Casa das Minas Jeje (São Luís/Maranhão, 2000). Outros se encontram em fase de instrução ou homologação.⁴

⁴ Terreiro Zogbodo Male Bogun (Cachoeira/Bahia, 2011, homologado); Terreiro Viva Deus – Egbè Eràn Ope Olúwa (Cachoeira/Bahia, 2011, homologado); Terreiro Aganjú Didê da Nação Nagô-Tedô (Cachoeira/Bahia, 2016, instrução); Terreiro de Aché Ilê Cicôngo Roxo Mucumbe de H'anzambi (Guanambi/Bahia, 2014, instrução); Terreiro Culto aos ancestrais “Omo Ilê Agbôulá (Itaparica/Bahia, 2002, instrução); Terreiro do Ilê Axé Opô Ajuganã (Lauro de Freitas/Bahia, 2000, instrução); Terreiro São Jorge Filho da Gomeia (Lauro de Freitas/Bahia, 2015, instrução); Terreiro Palácio de Ogum (Lençóis/Bahia, 2007, instrução); Terreiro Banda Lecongo (Maragogipe/Bahia, 2015, instrução); Terreiro do Ilê Ache Iba Ogum (Salvador/Bahia, 2000, instrução); Terreiro Tumba Junçara da Nação Angola (Salvador/Bahia, 2004, instrução); Terreiro Mokambo-Onzo Nguzo Za Nkisi Dandalunda Ye Tempo (Salvador/Bahia, 2005, instrução); Terreiro Ilê Axé Yá Oman (Santo Amaro da Purificação/Bahia, 2015, instrução); Terreiro de Candomblé do Cajá (São Félix/Bahia, 2008, instrução); Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá – Ilê Oxum (Valparaíso/Goiás, 2011, instrução); Terreiro Obá Ogunté – Sítio Pai Adão (Recife/Pernambuco, 2009, instrução); Culto Corte Real da Nação de Ijexá – Ilê Ti Osum Omi Iya Iiya Oba Ti òdô Ti Ogum Alé (Belford Roxo/Rio de Janeiro, 2013, instrução); Terreiro Santo Antônio dos Pobres – Ilê Ogum Megegê Asé Baru Lepé (Duque de Caxias/Rio de Janeiro, 2006, instrução); Terreiro de Candomblé Asé Nassó Oká Ilê Osun, no município de Nova Iguaçu (Nova Iguaçu/Rio de Janeiro, 2006, instrução); Terreiro Ilê Omulu Oxum (São João do Meriti/Rio de Janeiro, 2014, instrução); Terreiro Filhos de Obá (Laranjeiras/Sergipe, 1994, instrução); Espaço Religioso Cultural Afro Brasileiro – Neguito Pai Dancy (São

Podemos afirmar que o caso do Terreiro da Casa Branca, que em 1984 suscitou discussão com diferentes pontos de vista entre os membros do Conselho Consultivo, não se realizaria antes da década de 1980, uma vez que a história do tombamento no Brasil percorreu um longo caminho, marcado por interesses políticos em torno da formação da identidade nacional e das representações de grupos sociais mais ou menos valorizados.

Este trabalho objetiva analisar como a política de tombamento no Brasil, entre 1937 a 1985, valorizou uma determinada memória histórica nacional a partir dos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico e, ao fazê-lo, privilegiou alguns grupos sociais em detrimento de outros para conseguir comportamento político apropriado ao Brasil ordeiro e disciplinado.

Ao selecionar por muito tempo bens cuja história remetia-se a uma ideia de Brasil branco, católico, elitista, de origem lusitana, ordeiro e disciplinado⁵ que se queria construir do Brasil na década de 1930 o IPHAN contribuiu para a afirmação de imaginário e princípios sociais afeitos ao Brasil do autoritarismo, correspondendo especialmente aos interesses do Estado Novo e da Ditadura Militar. No entanto, durante a abertura política, realizada a partir do governo de Ernesto Geisel, foi preciso ampliar a noção de patrimônio, exatamente no momento em que, politicamente, os militares buscavam apoio de novos grupos sociais para a legitimação de seus interesses, admitindo na memória histórica nacional a representação de grupos até então marginalizados da cultura, como negros, imigrantes e pobres.

Esta pesquisa é tributária das concepções de memória, nação e identidade postuladas especialmente pelos historiadores Eric Hobsbawm, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Roger Chartier e Françoise Choay e pelos sociólogos Maurice Halbwachs e Michael Pollak.

Em relação à bibliografia utilizada sobre o patrimônio cultural brasileiro, existem muitos trabalhos que traçam a história do IPHAN ao longo do século XX, mas poucos que abordam especificamente a análise do patrimônio a partir dos processos de tombamento e das inscrições no Livro do Tombo Histórico e avaliam o que esses bens representaram na construção da memória histórica nacional.

Paulo/São Paulo, 2013, instrução); Terreiro Ilê Axé Oxossi Caçador (São Paulo/São Paulo, 2016, instrução). Consulta realizada no site do IPHAN em 15/02/2017.

⁵ Quando nos referimos neste trabalho ao Brasil branco, católico, ordeiro e disciplinado não estamos dizendo que a sociedade brasileira era de fato constituída unicamente por esses elementos, mas trata-se de uma ideia de Brasil que se quer construir, especialmente a partir da década de 1930 e que teve influência por muito tempo, inclusive na forma histórica como se pensava a nação. Para facilitar utilizamos então essas expressões, ou seja, Brasil branco, católico, ordeiro e disciplinado. Em relação ao Brasil das elites, tomamos como elite grupos que econômica e politicamente tiveram predominância na história do Brasil e configuraram como entes sociais privilegiados.

Algumas obras foram muito importantes para as reflexões sobre o patrimônio cultural brasileiro e os interesses políticos envolvidos no tema. A primeira é o livro intitulado “Estado e Cultura no Brasil”, organizado pelo sociólogo Sérgio Miceli, em 1984, no qual os autores abordam nos textos as atividades culturais da década de 1970. No capítulo de Joaquim Arruda Falcão, “Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional”, o professor já aponta que a preservação do patrimônio cultural brasileiro fez-se com a proteção legal de monumentos de “pedra e cal” cuja origem social vinculava-se às experiências vitoriosas da etnia branca, da religião católica e da elite político-econômica brasileira. Entretanto, o autor não aprofunda sua análise.

A segunda obra é a Dissertação de Mestrado da antropóloga Silvana Rubino, defendida em 1992 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas: “As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1968).” A autora discute com precisão o panorama que precede a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e vislumbra o interesse do governo getulista na implantação da instituição, a predominância dos intelectuais mineiros, as concepções do patrimônio nacional da época, a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico e o tombamento de bens que representavam um Brasil católico e senhorial. A análise da autora recaiu sobre o período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade foi diretor do órgão.

Outro trabalho importante e mais recente é o da socióloga Maria Cecília Londres Fonseca, intitulado “O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil”, publicado pela primeira vez em 2007 em parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o IPHAN. Ela destaca dois períodos, as décadas de 1930 e 40 e, posteriormente, de 1970 e 80. Acredita que nesses dois momentos os intelectuais que atuaram na preservação do patrimônio possuíam relativa autonomia, não se atrelando à visão ideológica do Estado.

Fonseca destaca que o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade em 1936, substancialmente modificado e aprovado na forma do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, ficou “hibernado” até a década de 1970, quando Aloísio Magalhães assumiu a direção do IPHAN e retomou os conceitos andradinos sobre cultura e patrimônio. A socióloga, inclusive, desenvolveu trabalhos em parceria com Magalhães quando ambos foram pesquisadores do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), fundado em 1975, além de ter sido diretora de projetos da Fundação Nacional Pró-Memória, criada e anexada ao IPHAN em 1979, momento em que Aloísio Magalhães foi designado diretor das duas instituições.

Finalmente, a historiadora Márcia Regina Romeiro Chuva publicou, em 2009, pela editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a obra “Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).” Uma vez que a Chuva trabalhou no IPHAN entre os anos 1985 e 2009, o livro traz uma valiosa contribuição de dados e documentos e traça o perfil do órgão durante as décadas de 1930 e 40, enfatizando a predominância dos arquitetos nas ações voltadas ao patrimônio.

Ao refletirmos sobre essas obras, que muito contribuíram para o trabalho, acreditamos que é preciso abordar de forma mais ampla a proteção do patrimônio não apenas no momento da criação e primeiros trabalhos do SPHAN ou da renovação teórica da instituição a partir da década de 1970, mas demonstrar que o tipo de seleção dos bens culturais e a prática de tombamento estabelecida a partir da década de 1930 foram contínuos, predominando por muitas décadas a visão dos modernistas conservadores da década de 1920. Entretanto, mesmo com a recorrência de determinados critérios na seleção e proteção dos bens culturais de 1937 a 1985, é necessário também avaliar algumas novidades em determinados momentos.

Corroboramos com as ideias de Falcão e Rubino em relação à representatividade dos bens culturais, mas não avaliamos, conforme fazem esses dois autores, todos os bens culturais tombados. Consideramos a especificidade do patrimônio cultural material imóvel inserto no Livro do Tombo Histórico que, conforme destaca o artigo 4º do Decreto-Lei n.º 25, deve receber as inscrições das “coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica.” É claro que todo o patrimônio cultural fornece indícios de como a cultura nacional foi tratada ao longo da história do IPHAN, mas acreditamos que as diferentes inscrições em cada Livro do Tombo possuem particularidades que devem ser consideradas em diferentes análises.

Levamos em consideração os estudos de Fonseca e Chuva, mas propomos uma interpretação do patrimônio cultural brasileiro no período de 1937 a 1985 que não considera a presença dos arquitetos no IPHAN e a “hibernação” do projeto de Mário de Andrade como fatores principais de sua atuação. A preocupação, ainda que os arquitetos tenham exercido influência por muitas décadas na instituição, é refletir como a política de tombamento no Brasil valorizou uma determinada memória histórica nacional e quais as similaridades e diferenças na seleção dos bens tombados em diferentes momentos e variados interesses políticos da história do Brasil em parte do século XX.

Além disso, a maioria dos trabalhos sobre patrimônio cultural costuma adotar unicamente duas fases distintas, criadas pelo próprio IPHAN na primeira obra que traça a história oficial da instituição: “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”, publicada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e

Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM) em 1980. A obra institucional chama a primeira fase de proteção do patrimônio cultural brasileiro de “heroica”, vinculada aos nomes de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN no período de 1937 a 1967, e Renato Soeiro, diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)/IPHAN de 1967 a 1979. A segunda fase é denominada de “modernizadora”, atrelada ao nome de Aloísio Magalhães, que assumiu a direção do Instituto em 1979.

Acreditamos que as figuras de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Renato Soeiro e Aloísio Magalhães foram importantes enquanto condutores dos trabalhos desenvolvidos na área patrimonial e porta-vozes oficiais do SPHAN/DPHAN/IPHAN, mas não se pode esquecer que eles fizeram parte de uma estrutura governamental regida por leis, normas, interesses e demandas específicas em cada período.

Para avaliar o que os bens culturais materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico representaram na construção da memória histórica nacional entre os anos de 1937 e 1985 optamos não dividir este trabalho apenas entre as fases heroica e modernizadora, mas em três períodos políticos distintos.

O primeiro vai de 1937 a 1963, fase longa e complexa, uma vez que a jovem República e seus governantes tiveram que lidar com questões voltadas à educação, disputas estaduais na participação política, transformações culturais advindas do movimento modernista, urbanização, industrialização, formação da identidade nacional etc. O segundo vai de 1964 a 1973, quando o regime militar, utilizando práticas autoritárias, censura e repressão, adotou um modelo de desenvolvimento político, econômico e social atrelado aos princípios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). O terceiro período vai de 1974 a 1985, quando o governo geiselista inicia o processo de distensão política e adota novas posturas visando a cooptação de setores sociais até então marginalizados, em uma tentativa de legitimação dos interesses políticos da abertura lenta, gradual e segura.

Em 1937, o SPHAN foi institucionalizado pelo Decreto-Lei n.º 25, fruto especialmente das ações do Presidente Getúlio Vargas, do Ministro da Educação Gustavo Capanema e do escritor e então Chefe do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo Mário de Andrade. Foi escolhido para a direção do órgão o escritor Rodrigo Melo Franco de Andrade. Estes intelectuais estiveram engajados com o movimento modernista da década de 1920 e buscaram definir a identidade do Brasil.

Antes da promulgação do Decreto-Lei n.º 25, Mário de Andrade havia feito, a pedido de Gustavo Capanema, um anteprojeto que compreendia a cultura brasileira em suas diversas manifestações, de forma similar ao que definimos atualmente como patrimônio material e

imaterial. Embora separasse arte popular (indumentárias, cerâmicas, arquiteturas, contos, lendas, danças, instrumentos de caça e pesca indígena etc.) e arte erudita (manifestações de artistas consagrados nacionais ou estrangeiros que atuaram no Brasil), propunha que ambas fossem consideradas portadoras de referência da cultura nacional. A proposta trazia os traços modernistas de buscar as origens da cultura brasileira e valorizar o indígena e as tradições regionais, mesmo que ainda não fizesse referência direta aos negros e imigrantes, que continuavam aliados socialmente.

O anteprojeto não encontrou força social e política para ser aprovado integralmente e foi significativamente alterado. O Decreto-Lei n.º 25 estabeleceu como patrimônio cultural brasileiro o conjunto de bens móveis e imóveis, ou seja, apenas bens materiais, cuja conservação, segundo o artigo 1º, fosse “[...] de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, bibliográfico ou artístico.” Cabia ao SPHAN selecionar o que devia ser protegido dentro dessa definição e realizar o tombamento e inscrição dos bens nos Livros do Tombo.

A partir da criação do SPHAN, do estabelecimento de sua equipe de trabalho, da nomeação do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade e da criação de um Conselho Consultivo que deliberava sobre impugnações ao tombamento, a instituição federal deteve-se na proteção de bens que representavam a memória e identidade de um Brasil tido como católico, branco, elitista e de origem lusitana.

É importante destacar que a condução dos trabalhos do SPHAN, desenvolvida entre as décadas de 1930 e 60, em relação aos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico e aos grupos privilegiados, perpassou todo o período de 1937 a 1985, ainda que o número de tombamentos tenha caído ao longo dos anos.

Depois de décadas de trabalho sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a prática do tombamento e sua representatividade arraigaram-se na instituição; entretanto, durante os primeiros governos militares, período de 1964 a 1973, houve a inserção de um novo elemento ao tema do patrimônio cultural, que foi sua utilização econômica por meio do incentivo ao turismo. Assim, a novidade introduzida não tratava de mudar a representatividade daquilo que se tombava, mas de usar o turismo como estratégia de exploração econômica do desenvolvimento nacional, meta que atendia aos princípios da DSN.

Uma das medidas adotadas no governo de Castelo Branco foi a busca pela cooperação técnica com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que possibilitou a vinda de patrimonialistas internacionais como o arquiteto

francês Michael Parent ao Brasil para a realização de visitas e emissão de pareceres técnicos sobre restauração e aproveitamento do potencial dos bens em relação ao turismo.

Foi também criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1966, responsável pela articulação dos órgãos federais e estaduais para organizar a produção cultural do país. Cabia ao Conselho ser o interlocutor entre a DPHAN e a UNESCO, a fim de obter recursos financeiros para restaurações de bens culturais, fazendo propaganda dos mesmos como pontos turísticos do país e compatibilizando os interesses de preservação ao modelo de desenvolvimento econômico nacional vigente.

Merece destaque no governo de Emílio Garrastazu Médici a realização do primeiro e segundo Encontro de Governadores, ocorridos nos anos de 1970 e 71, que trataram da descentralização das ações de proteção e defesa do patrimônio cultural brasileiro. Coordenados pelo CFC e pela DPHAN, os eventos resultaram na assinatura de dois documentos: o Compromisso de Brasília e o Compromisso de Salvador.

Foi o momento em que o governo militar reconheceu a “[...] necessidade de ação supletiva dos Estados e Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional [...]”,⁶ tendo os governadores se comprometido a criar organismos estaduais específicos responsáveis pela implantação de legislação de proteção dos bens culturais. A proposta era que União, Estados e Municípios compartilhassem a responsabilidade pela conservação do patrimônio cultural nacional, firmando a pretensão de que fosse ampliado o rol dos bens culturais brasileiros.

Essas medidas mostraram a intenção do governo militar em estimular estados e municípios na promoção do turismo para o desenvolvimento econômico de suas regiões, mas significaram também que o tratamento do patrimônio cultural não seria mais restrito ao IPHAN e que a memória nacional devia levar em conta as memórias regionais, descentralizando ações e permitindo que cada ente federativo reconhecesse em seus patrimônios culturais os valores dos grupos sociais formadores de sua região. Embora tenha sido um passo importante, essa descentralização não significou plena autonomia, pois o discurso oficial daquilo que merecia ser preservado ainda partia do IPHAN e continuava atrelado ao modelo de desenvolvimento econômico por meio do incentivo à utilização dos bens culturais para fins turísticos.

⁶ IPHAN. **Compromisso de Brasília.** Brasília, abril de 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

Finalmente, ainda pensando na utilização econômica do patrimônio cultural, foi criado em 1973, pelos Ministérios do Planejamento, do Interior e da Indústria e Comércio, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), que passou a funcionar com recursos da Secretaria de Planejamento, objetivando restaurar bens tombados em nove estados do Norte e Nordeste e, a partir de 1977, do Sudeste.

A última fase que avaliamos vai de 1974 a 1985, quando, muito em virtude da abertura política, foram reconhecidas como bens culturais edificações representativas de grupos sociais até então marginalizados da memória histórica nacional. A crise de legitimidade do regime militar teve que lidar com pressões sociais, necessidade de ampliar alianças e novos debates sobre a cultura brasileira.

Foi aprovado em 1975 o documento Política Nacional de Cultura (PNC), pelo qual postulava que “o desenvolvimento não é um fato de natureza puramente econômica. Ao contrário, possui uma dimensão cultural que, não respeitada, compromete o conjunto”.⁷ A identidade cultural brasileira, de acordo com o documento, tinha uma perspectiva pluralista que se expressava na diversidade regional, e esta, juntamente com as influências externas, representava o “sincretismo” característico da “marca” brasileira. Ainda que a preocupação fosse atrelar cultura a desenvolvimento econômico e progresso, abriu-se espaço para a discussão sobre a diversidade dos grupos sociais que compunham a nação.

A partir de 1979, na direção de Aloísio Magalhães, o IPHAN alterou sua prática de tombamentos e passou a considerar bens até então não contemplados, como os representantes da cultura negra, imigrante e os “modos de fazer”. Todo esse movimento desembocou na Constituição Federal de 1988, que ampliou o conceito e as classificações dos bens culturais.

Para analisar todas as transformações dessas três fases que consideramos distintas em relação à atuação do SPHAN/DPHAN/IPHAN e aos interesses políticos envolvidos, dividimos este trabalho em quatro capítulos.

A fase de 1937 a 1964 corresponde ao primeiro e segundo capítulos. No primeiro abordamos as relações entre memória, identidade e patrimônio e de que maneira a preservação de bens culturais e as concepções de patrimônio alicerçam a memória histórica nacional, influenciando o que os homens pensam de si mesmos e da nação. Explicamos sobre as classificações e categorias dos bens culturais brasileiros e a definição que tomamos de patrimônio cultural. Finalmente, avaliamos a implantação do SPHAN em 1937.

⁷ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Cultura**. Brasília: Ed. MEC, 1971. p. 09.

No segundo capítulo tratamos de que forma a prática de tombamento estabelecida pelo SPHAN privilegiou tombamentos que se remetia à memória coletiva de grupos privilegiados da sociedade e apresentavam o Brasil como um país católico, branco, elitista, ordeiro e disciplinado. Embora a ênfase seja nas características dos trabalhos desenvolvidos na fase de 1937 a 1964, sobretudo durante o Estado Novo, obviamente a representatividade desses tombamentos não se alterou imediatamente a favor de outros, portanto, abordamos a continuidade e as semelhanças que transcorreram até 1985.

A segunda fase, de 1964 a 1973, ou seja, as alterações advindas a partir do regime militar e a utilização econômica do patrimônio por meio do turismo, são as preocupações do terceiro capítulo. A prática de tombamento e a representatividade dos bens selecionados permaneceram atreladas ao Brasil das igrejas, das grandes fazendas, dos sobrados urbanos, dos fortes militares, dos ciclos econômicos, das pontes urbanas, dos chafarizes, dos líderes nacionais etc., sem grandes alterações na percepção de quais bens mereciam preservação. A inovação foi a preocupação notadamente econômica com o potencial turístico do Brasil.

Finalmente, a terceira fase que consideramos, de 1974 a 1985, é discutida no quarto capítulo. Tratamos da abertura política e da diversificação dos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico a partir da escolha de Aloísio Magalhães como novo diretor do IPHAN, momento em que bens representantes da cultura negra, da imigração e dos “modos de fazer” foram reconhecidos e protegidos como partes integrantes da memória histórica nacional.

Acreditamos que, por meio da análise do patrimônio material imóvel tombado e inscrito pelo SPHAN/DPHAN/IPHAN no Livro do Tombo Histórico de 1938 a 1985, é possível perceber como a concepção de cultura oficial brasileira e a consequente valorização da memória histórica nacional saíram da representação de apenas alguns grupos e incorporaram minorias sociais, acompanhando, portanto, as transformações do universo político brasileiro, sobretudo os interesses do Estado Novo e da Ditadura Militar.

Para responder aos objetivos e comprovar nossa hipótese, levando em consideração o tema e recorte selecionados, as fontes de pesquisa foram a legislação e documentos oficiais referentes ao patrimônio cultural brasileiro, os Processos de Tombamento dos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico e as Atas do Conselho Consultivo do SPHAN/DPHAN/IPHAN.

Por meio da legislação foi possível avaliar o posicionamento do governo brasileiro em relação ao tema, quais as posturas, direitos e deveres, interferências político-ideológicas, centralização ou descentralização das ações ocorreram ao longo das décadas. Nos Processos

de Tombamento estão estabelecidos os critérios técnicos, descritivos e pareceres que justificam a representatividade histórico-cultural e a recomendação de tombamento. Nas Atas do Conselho Consultivo é possível identificar as justificativas de aceitação ou recusa dos conselheiros para determinar quais bens foram merecedores de proteção legal via tombamento, possibilitando avaliar as discussões e posicionamentos desses intelectuais e os critérios utilizados para justificar a representatividade dos bens selecionados como patrimônio cultural nacional.⁸

Juntamente com a análise documental, foi utilizada a bibliografia relacionada aos atores, diretrizes, estratégias e ao cenário sociopolítico e cultural dos vários governos brasileiros no período de 1937 a 1985, objetivando compor um arcabouço informativo e interpretativo do período.

Em relação ao método de pesquisa, levamos em consideração a relação das concepções de memória, nação e identidade, na medida em que esses conceitos se relacionam com o patrimônio cultural. Ou seja, avaliamos os conceitos de memória e identidade e seus usos e práticas no campo do patrimônio cultural material imóvel. Acreditamos que esses bens foram utilizados como símbolos na construção e difusão da memória histórica nacional com expressas funções políticas.

Finalmente, cremos que as reflexões sobre a representação dos grupos sociais nos bens tombados é importante e necessária para que os trabalhos de proteção e salvaguarda desenvolvidos pela União, Estados ou Municípios reflitam sobre suas práticas, que muitas vezes ainda têm similaridades com aquelas estabelecidas na década de 1930, e sobre as relações de poder que envolvem a construção da memória e da identidade. Buscamos contribuir com a discussão sobre o patrimônio cultural brasileiro e colaborar para que a proteção da memória coletiva seja a mais democrática possível.

⁸ A legislação fundamental sobre o patrimônio cultural nacional pode ser consultada em: BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre patrimônio cultural**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. Os Processos de Tombamento e o Livro de Atas do Conselho Consultivo encontram-se no Arquivo Central do IPHAN, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade da nação é um desafio com o qual todos os tipos de governo preocuparam-se ao longo da história. Estratégias político-culturais como a realizada no caso francês pelos revolucionários de 1789 que destruíram a Bastilha e os símbolos do poder monárquico, posteriormente ressignificando determinados lugares como símbolos de sua vitória, visam utilizar a relação entre memória e identidade para legitimar formas de governo.

Os bens culturais são artefatos da identidade nacional na medida em que se relacionam com a percepção que os homens têm de si e dos grupos sociais dos quais fazem parte. Entretanto, essa percepção é diferente conforme os interesses envolvidos e as memórias coletivas às quais se remetem.

Quando militantes do Talibã destruíram, em 2001, duas estátuas de pedra com imagens de Buda construídas na parte do Afeganistão que controlavam, fizeram-no por considerar aquelas figuras ídolos de sacrilégio contra a verdadeira religião do Alcorão. A reação da comunidade internacional budista foi de indignação e abriu precedente para o autointitulado Estado Islâmico realizar, nas últimas décadas, várias destruições nas áreas de conflito de símbolos considerados por eles hereges.

Uma vez que a memória é condição para a identidade e estão vinculadas à percepção, ao acionamento de lembranças, a destruição das estátuas de Buda mostrou aos radicais que isso podia ser utilizado como instrumento de poder na propagação da sua “verdadeira” religião. Por outro lado, o conflito religioso acirra-se cada vez mais por meio de atos de violência dessa natureza.

Como determinados lugares, edificações e objetos têm a capacidade de acionar lembranças, não apenas individuais, mas coletivas, os Estados perceberam que esses artefatos podem ser selecionados e protegidos como representantes da memória histórica nacional e atuar no projeto de construção da nação.

No caso brasileiro, a criação do Serviço o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937 deu início à prática de tombamento, que protegia, a partir de então, os bens materiais considerados de importância para a história nacional. O órgão passou a proteger instituições religiosas do catolicismo, lugares de memória da elite político-econômica, como sedes de fazendas ou sobrados urbanos construídos por ricas e tradicionais famílias ligadas a ciclos econômicos da exploração açucareira, aurífera e cafeeira e que geralmente exerciam cargos políticos ou tinham títulos de nobreza como condes, barões, marqueses etc., edificações de defesa nacional e administração do Estado, conjuntos

arquitetônicos dos centros urbanos mais antigos do país, universidades, museus, casas de saúde e hospitais, pontes, portões, caixas d'água e, finalmente, elegeram as figuras ilustres da nação pelo tombamento das residências nas quais nasceram ou residiram.

Todos esses bens foram construídos especialmente durante as fases colonial e imperial da política brasileira, e o privilégio da memória histórica nacional buscou a coesão social a partir de sua remissão à elite. Os negros e imigrantes, até a década de 1970, simplesmente não tiveram nenhum bem tombado que representasse suas respectivas culturas. A construção material do Brasil, traduzida na proteção do patrimônio, referia-se à ideia de um país de brancos de origem lusitana, de católicos que seguiam as leis do Estado, de um país sem diferenças culturais, sem séculos de escravidão, sem conflitos ou injustiças sociais.

A princípio, essa representação atendeu muito bem aos interesses do Estado Novo na construção da identidade nacional. Com o SPHAN constituído sobretudo por profissionais da arquitetura, sob influência de Lucio Costa e de modernistas conservadores como Rodrigo Melo Franco de Andrade, o valor arquitetônico foi atrelado ao valor histórico, ou seja, nas justificativas de tombamento dizia-se que esse ou aquele sobrado, fazenda ou outras edificações mereciam proteção por serem belos, grandiosos e únicos exemplares de determinado período dos séculos passados. Mas o fato é que, para além dessas características, esses bens foram ocupados por indivíduos da elite nacional.

Quando os militares assumiram o poder político em 1964 o patrimônio cultural já traduzia uma imagem que lhes interessava, a do Brasil ordeiro e disciplinado, conduzido por determinados grupos, e um Estado forte, capaz de defender o país desde os portugueses que expulsaram holandeses, franceses e espanhóis e posteriormente lutaram pela independência, um povo de bom caráter e fiel a Deus. O que estava representado no patrimônio cultural protegido e inscrito no Livro do Tombo Histórico não era o Brasil explorado por Portugal, composto pelas três raças que guardavam diferenças e conflitos entre si, com cultos religiosos sincréticos etc., mas sim o Brasil da homogeneidade e da suposta democracia racial.

Foi o momento em que os militares decidiram que era preciso dar utilidade econômica a esses bens, que era necessário buscar alternativas para a resolução dos conflitos entre a DPHAN e os proprietários em relação à falta de recursos financeiros para restaurações. Ora, o que melhor atendia aos interesses econômicos para a construção da potência baseados na Doutrina de Segurança Nacional? A exploração turística do patrimônio cultural nacional.

Receber patrimonialistas internacionais por meio da cooperação técnica com a UNESCO e fomentar o turismo nacional e internacional, aliadas a outras estratégias de manipulação simbólica como o futebol, o samba, a música, as comidas típicas, o folclore etc.,

era um meio dos militares tanto estimularem o desenvolvimento, quanto induzirem os indivíduos a esquecer que haviam pessoas sendo perseguidas, torturadas e mortas nos porões da ditadura.

Ocorre que chegou um momento em que os militares optaram pela volta da democracia. Pressões sociais, econômicas e políticas geraram conflitos de interesses e a saída adotada foi o controle da abertura. As discussões sobre o patrimônio cultural ampliaram-se na década de 1970, e mais uma vez o governo interferiu diretamente na construção da memória histórica nacional por meio dos bens tombados. A criação da Fundação Nacional Pró-Memória e sua anexação ao IPHAN, ambos dirigidos pelo inovador e criativo Aloísio Magalhães, permitiu a busca por novas alianças no meio cultural e social.

A partir de então, os tombamentos também passaram a contemplar bens que remetiam à cultura negra, imigrante e dos pobres. O “Terreiro da Casa Branca”, o “Casarão do Chá” e a “Fábrica de Vinho Tito Silva” foram exemplos de uma mudança efetiva na prática do tombamento e na representação de minorias que tiveram finalmente sua importância reconhecida na construção da nação, embora a maioria dos bens ainda permanecesse vinculada à ideia de Brasil católico, branco, elitista e de origem lusitana.

A discussão sobre o patrimônio cultural nacional é importante e necessária para que os trabalhos de proteção e salvaguarda desenvolvidos pela União, Estados e Municípios reflitam sobre suas práticas, que muitas vezes ainda têm similaridades com aquelas da década de 1930, e sobre as relações de poder que envolvem a construção da memória coletiva e da identidade nacional, procurando contribuir para que a seleção da memória histórica nacional seja a mais democrática possível.

REFERÊNCIAS

Fontes

- *Processos de Tombamento dos bens materiais imóveis inscritos no Livro do Tombo Histórico*⁹⁹

Ano de abertura do Processo de Tombamento	Número dos Processos
1938	07, 09, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 36, 38, 39, 41, 44, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 61, 62, 70, 81, 85, 86, 90, 91, 94, 97, 99, 100, 101, 106, 117, 126, 127, 145, 148, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 166, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 185, 186, 188, 189
1939	194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 207, 215, 216, 219, 221, 222[?], 391
1940	224, 227, 229, 230, 232, 234, 235, 236, 237, 326, 388,
1941	231, 241, 245, 246, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 265, 266, 267, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 310, 332
1942	306, 308, 309, 311, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 321, 345
1943	322, 323, 325, 326, 327, 330, 331[?], 341
1944	334, 336, 337, 342, 343, 344
1945	347, 353[?], 355[?], 356[?], 357[?], 359
1946	360, 361, 382
1947	370[?], 371
1948	379, 381, 384, 387[?], 396, 398[?], 390, 490
1949	394, 400, 401, 407, 415[?], 417, 419[?], 421[?]
1950	395, 422, 423, 425[?], 426, 429[?], 431[?], 433, 439, 439-A, 441, 468[?],
1951	446[?], 447, 450, 455, 480, 514

⁹⁹ Consideramos o ano de abertura dos Processos de Tombamento. Em alguns casos, não foi possível identificar com precisão essa data, portanto, realizamos uma aproximação considerando as informações obtidas a partir da leitura do Processo e comparando com a numeração dos demais que contêm ano de abertura. Essas imprecisões estão marcadas pelo símbolo “[?]” após o número do Processo.

1952	452, 458, 459, 460, 462, 466, 467, 472[?], 484
1953	437, 485, 487, 492, 503, 523
1954	493, 500, 504, 506, 507[?], 512
1955	521, 522[?], 526, 532
1956	536, 542, 550, 551
1957	537, 553-A, 557[?], 560[?],
1958	572, 578, 586[?], 588, 590, 877
1959	594, 595, 601, 603
1960	613, 615, 616, 618
1961	623, 632, 635, 638, 640, 641, 642, 644, 645, 655
1962	649, 651, 652, 653, 656, 657, 658, 659, 665, 666, 669, 670, 671, 674, 679, 675, 678, 681, 683, 687-C, 686, 688
1963	690, 693, 703, 707, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 717, 718, 719, 720, 758
1964	726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 736, 738, 740, 741, 742, 752
1965	529, 751, 755, 761, 763, 765
1966	767, 773, 774, 780, 783
1967	785, 787, 789, 790, 793, 794, 797
1968	800, 801, 810
1969	812, 813, 815, 820
1970	825, 828, 832
1971	841
1972	852, 853, 854, 863, 866
1973	870, 877, 879, 880, 881, 883, 890
1974	894, 896, 898, 909, 910, 914, 917, 922
1975	923, 937
1976	942, 943, 944, 949
1977	951, 953, 954
1978	968, 969, 970, 972, 973, 976, 978, 981, 983, 984, 988, 994, 996
1979	1009
1980	1017, 1023, 1024, 1029, 1030, 1031, 1036, 1037, 1038
1981	1053, 1055
1982	1054, 1067, 1069, 1071

1983	1077, 1097, 1099, 1107
1984	476, 1113, 1117, 1119, 1122, 1123, 1124, 1127, 1133, 1176
1985	1136, 1137, 1141, 1142, 1143, 1144, 1146, 1163, 1165, 1169, 1176, 1179, 1180, 1181, 1182, 1183, 1185, 1186

- *Atas do Conselho Consultivo*

IPHAN. Livro de Atas n.º 01 do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Período de reuniões de 10/05/1938 a 07/02/1985.

IPHAN. Livro de Atas n.º 02 do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Período de reuniões de 07/03/1985 a 18/11/1985.

- *Documentos*

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto elaborado a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. in: BRASIL. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980.

Assembleia do CIAM/Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. **Carta de Atenas**. Atenas, novembro de 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: 20 de abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Cultura**. Brasília: Ed. MEC, 1971.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre patrimônio cultural**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

CASTRO, André de Melo e. Trecho da carta enviada em 05 de abril de 1742 pelo Conde das Galveias ao Governador de Pernambuco, Luís Pereira Freira de Andrade. In: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980.

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. **Carta de Veneza**. Veneza, maio de 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. **Carta de Atenas**. Atenas, outubro de 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em: 20 de abr. 2015.

IPHAN. **Compromisso de Brasília**. Brasília, abril de 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

IPHAN. **Compromisso de Salvador**. Brasília, outubro de 1971. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

Organização dos Estados Americanos. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. **Normas de Quito**. Quito, nov./dez. 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

Bibliografia

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. A capela de S. José do Genipapo. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 2, 1938.

ALVES, Maria Helena Moreira Alves. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Programa. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 01, 1937.

BANDEIRA, Marina. **A igreja católica na virada da questão social (1930-1945)**: anotações para uma história da igreja no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 200.

BANDEIRA, Moniz. **Estado nacional e política internacional na América Latina**. São Paulo: Ensaio, 1995.

BASTIDE, Roger. **As religiões Africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. v. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

BOMENY, Helena. **Guardiães da razão**: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

BONAMIM, Giovana. **Elites intelectuais e *nation building***: conflitos na organização e funcionamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

BOTELHO, Isaura. **Romance de formação**: FUNARTE e Política Cultural. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

_____. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: curso do Collège de França (1989-1992). Lisboa: Edições 70, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

_____. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTILO, Lisa Earl. **Entre a oralidade e a escrita**: a etnografia nos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2010.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRO, Armando Alexandre Costa de. **A Irmandade da Boa Morte**: Memória, intervenção e turistização da Festa em Cachoeira, Bahia. 2005. 182 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2005.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat Cavagnari. Alguns aspectos da potência brasileira. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 83, 1989.

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e Brasileiro**: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). São Paulo: Jorge Zahar, 2006.

_____. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1988.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

_____; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Faperj, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COSTA, Lucio. Documentação necessária. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 01, 1937.

D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.) **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

DPHAN. **A lição de Rodrigo**. Recife: DPHAN, 1969.

DONATO, Maria das Graças Andrada. **Recife, cidade maurícia**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação, Comissão de Moral e Civismo, 1986.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

DROSDOFF, Daniel. **Linha dura no Brasil**: o governo Médici (1968-1974). São Paulo: Global, 1986.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sergio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FRANÇOISE, Choay. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. **Sobrados e mucambos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jose Olímpio, 1981.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**. Uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Restauração Arquitetônica**: a experiência do SPHAN em São Paulo (1937-1975). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996.

_____. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond; MinC/Iphan/Demu, 2007.

GUIMARÃES, Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____; RANGER, Terence. 2. Ed. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HONORATO, Cláudio de Paula. **Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758-1831**. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: FNpM, 1985.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação (1963-1990)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

MAIA, Tatyana do Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

MICELLI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

_____. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: _____ (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

_____. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

_____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILET, Vera. **A teimosia das pedras: um estudo sobre a proteção do patrimônio ambiental urbano**. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1978.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v.10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (Org.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia**. Campinas: Papirus, 1994.

_____; CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbati; MORAES, João Quartim de; DREIFUSS, René Armand. **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

OLIVEN, Rubem George. A relação Estado e cultura no Brasil: cortes ou continuidade. In: MICELLI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PARENT, Michel; LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.

PARÉS, Luís Nicolau. **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

PAULA, Zuleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis (Orgs.). **Polifonia do patrimônio**. Londrina: Ed. UEL, 2012.

PAZ, Vanessa Carneiro da. **Encontros em defesa da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura e a regionalização da cultura na ditadura civil militar (1966-1976)**. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2011. p. 43.

PIRES, Maria Coeli Simões. **Da proteção ao Patrimônio Cultural: o tombamento como principal instituto.** Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil.** São Paulo: Ática, 1990.

PÊSSOA, José. Cedo ou tarde serão consideradas obras de arte. In: PÊSSOA, José; VASCONCELOS, Eduardo; REIS, Elisabete; LOBO, Maria (Orgs). **Moderno e nacional.** Niterói: Ed. UFF, 2006.

PIRES JR., Sidney Oliveira. A crítica de Mário de Andrade à intolerância política do Estado Novo: o papel do intelectual. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (Org.). **A história na política, a política na história.** São Paulo: Alameda, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS, Nathacha Regazzini Bianchi. Motins Políticos, de Domingos Antonio Raiol. Memória e historiografia: **Intellectus**, ano 04, v. 1, 2005.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996.

REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984).** Londrina: Ed. UEL, 2013.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987.** São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968.** 1991. 210 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

_____. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, 1996.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.) **Políticas culturais no Brasil.** Salvador: Ed. EDUFBA, 2007.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilizada brasileira.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Riberio (Orgs.). **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Riberio (Orgs.). **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SILVA, Ana Paula da; SILVA, Paulo Sérgio da. O registro do patrimônio cultural imaterial: as práticas do IPHAN e do IEPHA/MG. In: GIOMETTI, Analúcia Bueno dos; DAVID, Célia Maria (Orgs.). **Um descortinar sobre o patrimônio e desenvolvimento sustentável no século XX**. v. 1. Curitiba: CRV, 2016.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

SILVEIRA, Renato da. **O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de Keto**. Salvador: Maianga, 2006.

SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Orgs.). **Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA-LEÃO FILHO, J. Palácio das Torres. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, separata do v. 10, p. 135, 1946.

TAUNAY, Afonso. Uma relíquia notabilíssima a conservar: o forte de São Tiago da Bertioiga. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 1, 1937.

UNESCO. **Marco estratégico para a UNESCO no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2006.

VERGER, Pierre. **Deuses Iorubás na África e no novo mundo**. 5. ed. Salvador: Cora, 1997.